cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.05.19 09:58:57 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 19 de maio de 2023 • Nº 1563 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

IBGE

Desemprego cresce em 16 estados no 1º trimestre

A taxa de desemprego subiu em 16 unidades da federação no primeiro trimestre de 2023, informou ontem o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Nos outros 11 estados, o indicador ficou estável, sem variações estatísticas consideráveis, em relação ao quarto trimestre de 2022. Na média do Brasil, o desemprego subiu para 8,8% no primeiro trimestre, após marcar 7,9% nos três meses imediatamente anteriores. Apesar do avanço, o nível é o menor para o primeiro trimestre desde 2015 (8%). Na mesma base de comparação, o desemprego cresceu nas cinco grandes regiões do país. O destaque foi o Nordeste, onde a taxa aumentou 1,4 ponto percentual, chegando a 12,2%. Os dados integram a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua. PÁGINA 2

TERROR EM BRASÍLIA

General elogia inteligência de Lula que 'evitou sangue'

O general Gustavo Henrique Dutra, chefe do CMP (Comando Militar do Planalto) em 8 de janeiro, afirmou que admira a inteligência emocional do presidente Lula (PT) e elogiou o aval à decisão de adiar o desmonte do acampamento em frente ao quartel-general do Exército para a manhã seguinte. Em depoimento à CPI da Câmara Legislativa do DF ontem, Dutra detalhou as conversas que teve com Lula, ministros e o ex-comandante do Exército na noite de 8 de janeiro, após os ataques golpistas contra as sedes dos três Poderes. "Ele (Lula) falou: general, são criminosos, tem que ser todos presos. (Eu disse) presidente, estamos todos no mesmo passo, estamos todos indignados iguais, serão presos; só que, até agora, nós só estamos lamentando dano ao patrimônio. Se nós entrarmos agora sem planejamento, podemos terminar essa noite com sangue", afirmou. PÁGINA 3

CADEIA NELLE

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

STF condena Fernando Collor por esquema de corrupção

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria ontem para condenar o ex-presidente Fernando Collor (PTB) (**foto**) pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O tamanho da pena e suas condições —a chamada dosimetria— ainda serão definidos pelos ministros. Na ação penal julgada pelo Supremo, derivada da Operação Lava Jato, o ex-presidente e ex-senador é acusado de receber propina de um esquema de corrupção na BR Distribuidora, empresa subsidiária da Petrobras. A ação foi levada à pauta do plenário do STF porque está próxima de prescrição. O relator do caso, ministro Edson Fachin, votou na quarta-feira para condenar Collor a uma pena de 33 anos, 10 meses. PÁGINA 3

CRISE POLÍTICA

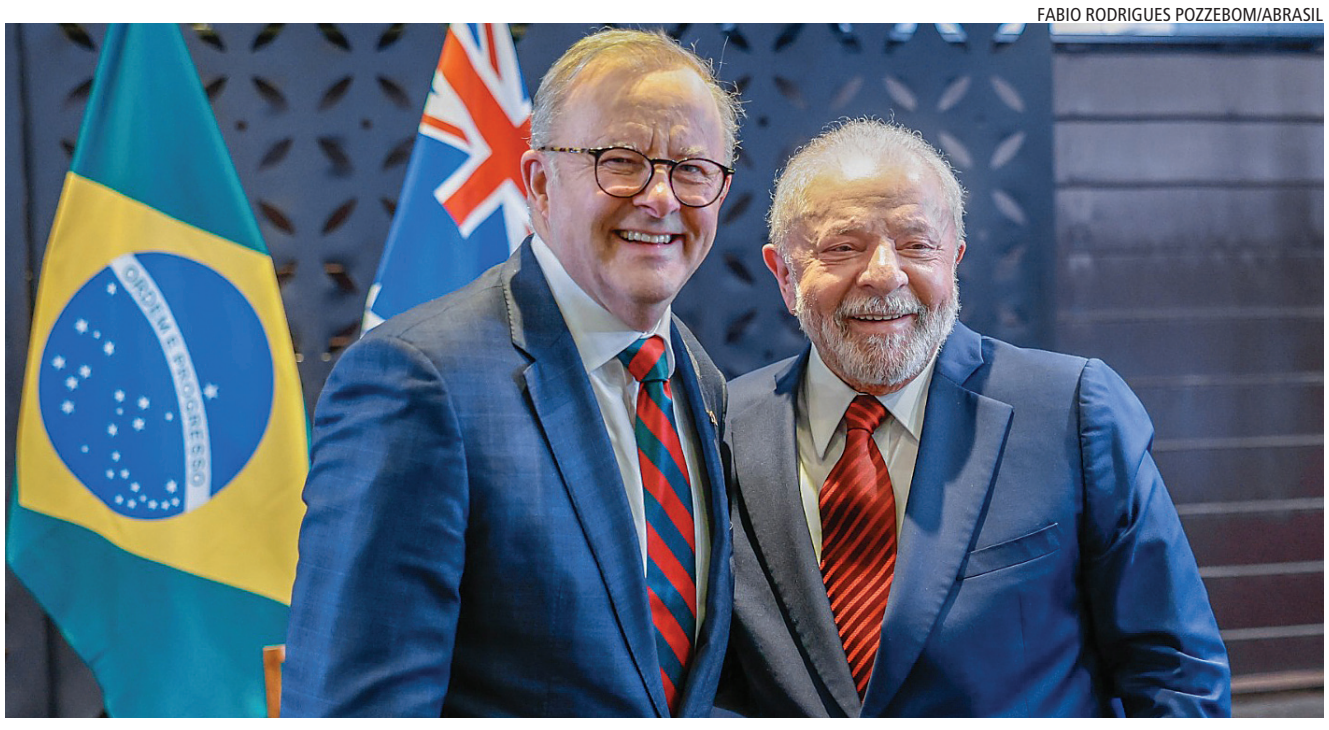
Equador vai realizar novas eleições em 20 de agosto

O Equador terá novas eleições em 20 de agosto, após o presidente do país, Guillermo Lasso, dissolver a Assembleia Nacional e convocar um novo pleito. O anúncio foi feito por Diana Atamaint, presidente do Conselho Eleitoral, em entrevista à emissora Teleamazonas. As eleições Presidenciais e Legislativas de 2023 acontecem em 20 de agosto e um eventual segundo turno deve acontecer em 15 de outubro: "a partir da convocação teremos 90 dias para executá-las e garantir aos equatorianos um processo confiável e transparente", explicou Diana Atamaint. "O país espera voltar à normalidade e tranquilidade. E nisso a função eleitoral está plenamente consciente e apelamos para que as organizações políticas também tenham esse comportamento patriótico e cumpram o que exige o sistema político do Equador", disse Atamaint. Lasso dissolveu o Parlamento para evitar a votação final do seu processo de impeachment. PÁGINA 4

JAPÃO

Lula está em Hiroshima para maratona de reuniões bilaterais

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



O avião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) (**foto**) pousou no aeroporto de Hiroshima minutos antes da meia-noite (horário local) desta quinta-feira, e a comitiva seguiu direto para o Ana Crowne Plaza Hotel, onde ele ficará até segunda-feira, quando volta ao Brasil. Pelo Twitter, com fotos da chegada, Lula afirmou que "a agenda de encontros bilaterais começa nesta sexta-feira. Lula se reuniu com o primeiro-ministro da Austrália, Anthony Albanese (**foto**) . Lula e Albanese conversaram sobre meio ambiente e relações trabalhistas – especificamente sobre a situação de trabalhadores de aplicativo. PÁGINA 4

CNC

Intenção de consumo das famílias cresce 2,4%

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) registrou alta de 2,4% de abril para maio deste ano, segundo dados divulgados ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Entre os sete componentes da ICF, os maiores avanços foram observados na avaliação sobre o momento atual em relação à compra de bens duráveis (5,5%) e no nível de consumo atual (3,4%). A renda atual e a perspectiva de consumo também se destacam, com altas de 2,9%. Os outros componentes tiveram as seguintes altas: emprego atual (1,6%), perspectiva profissional (1,2%) e acesso ao crédito (0,8%). PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: -0,77% / 110.108,46 / -835,44 / Volume: R$ 25.587.669.960 / Negócios: 4.116.419

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
BRF SA ON NM	7.96	+11.48	+0.82
MINERVA ON NM	9.73	+6.92	+0.63
VIA ON NM	2.23	+5.69	+0.12
HAPVIDA ON NM	3.67	+5.46	+0.19
MAGAZ LUIZA ON NM	3.54	+5.36	+0.18

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
BBSEGURIDADEON NM	31.32	–2.03	–0.65
ELETROBRAS PNB N1	38.20	–2.03	–0.79
SLC AGRICOLAON EB NM	35.42	–1.69	–0.61
GOL PN N2	7.98	–1.48	–0.12
ENEVA ON NM	11.95	–1.16	–0.14

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN N2	25.81	+0.58	+0.15
VALE ON NM	69.98	+0.14	+0.10
PETROBRAS ON N2	29.15	+0.45	+0.13
MAGAZ LUIZA ON NM	3.54	+5.36	+0.18
ITAUUNIBANCOPN N1	27.09	–0.37	–0.10

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.535,91	+0,00
NASDAQ Composite	12.688,838	+0,00
Euro STOXX 50	4.401,35	+0,74
CAC 40	7.503,19	+0,76
FTSE 100	7.775,76	+0,43
DAX 30	16.272,68	+0,68

Salário mínimo	R$ 1.302,00
Ufir	R$ 4,3329
Taxa Selic (03/05)	13,75%
Poupança 3 (19/5)	0,72%
TR (prefixada) (05/2023)	0,2423%
IGP-M	-0,95% (abr.)
IPCA	0,61% (abr.)
CDI 0,66	até o dia 19/mai.
OURO BM&F/grama	R$ 308,00
EURO Comercial	Compra: 5,3510 Venda: 5,3517
EURO turismo	Compra: 5,3920 Venda: 5,5720
DÓLAR Ptax - BC	Compra: 4,9641 Venda: 4,9647
DÓLAR comercial	Compra: 4,9668 Venda: 4,9674
DÓLAR turismo	Compra: 4,9714 Venda: 5,1514

Economia

MERCADOS

Bolsa e dólar sobem com expectativa sobre arcabouço fiscal

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e o dólar tiveram alta ontem em meio a otimismo sobre a tramitação do arcabouço fiscal no Congresso e as negociações sobre o teto da dívida nos Estados Unidos.

A moeda americana foi favorecida, ainda, por declarações de autoridades do Fed (Federal Reserve, o banco central americano) que reforçaram a possibilidade de um novo aumento dos juros nos EUA.

Com isso, o Ibovespa (Índice Bovespa) fechou com ganho de 0,59%, a 110.108 pontos. Foi a primeira vez desde fevereiro que o índice ultrapassou os 110 mil pontos numa sessão.

Já o dólar teve alta de 0,64%, a R$ 4,967.

A Bolsa brasileira começou o dia com baixas de empresas como Petrobras e Vale, que puxaram o índice para baixo no início da sessão. As duas companhias, porém, viraram ao longo do dia e fecharam com altas de 0,58% e 0,14%, respectivamente.

Apoiaram a Bolsa, ainda, ganhos da BRF (11,48%) e da Minerva (6,92%), beneficiadas pela queda dos preços do boi gordo, do milho e da soja no Brasil. Segundo o economista Alexsandro Nishimura, a recente valorização do dólar e a percepção de que os ativos estão baratos também contribuíram para a alta.

Os contratos de juros com vencimento em janeiro de 2024 tiveram leve queda, indo de 11,32% para 11,31%, enquanto os para 2025 caíram de 11,76% para 11,7%. No longo prazo, os contratos para 2026 foram de 11,27% para 11,21%.

Em Nova York, em meio ao otimismo, o Dow Jones, o S&P 500 e o Nasdaq tiveram alta de 0,34%, 0,94% e 1,51%, respectivamente.

IBGE

Taxa de desemprego cresce em 16 estados no 1º trimestre

A taxa de desemprego subiu em 16 unidades da federação no primeiro trimestre de 2023, informou ontem o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Nos outros 11 estados, o indicador ficou estável, sem variações estatísticas consideráveis, em relação ao quarto trimestre de 2022.

Na média do Brasil, o desemprego subiu para 8,8% no primeiro trimestre, após marcar 7,9% nos três meses imediatamente anteriores. Apesar do avanço, o nível é o menor para o primeiro trimestre desde 2015 (8%).

Na mesma base de comparação, o desemprego cresceu nas cinco grandes regiões do país. O destaque foi o Nordeste, onde a taxa aumentou 1,4 ponto percentual, chegando a 12,2%.

Os dados integram a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua. O levantamento analisa tanto o mercado de trabalho formal quanto o informal.

O IBGE ponderou que, historicamente, o início de ano registra aumento da desocupação. A busca por vagas de emprego costuma ser impulsionada por fatores como o término dos contratos temporários de final de ano.

Conforme Alessandra Brito, analista da pesquisa do IBGE, os números sinalizam esse impacto em 2023. "Após um ano de 2022 de recuperação do mercado de trabalho pós-pandemia, em 2023, parece que o movimento sazonal de aumento da desocupação no começo do ano está voltando ao padrão da série histórica", disse Brito.

Economistas avaliam que a retomada do emprego tende a perder velocidade neste ano. A projeção está associada ao cenário de desaceleração da atividade econômica em meio ao contexto de juros elevados.

O Nordeste (12,2%) seguiu com a maior taxa de desocupação entre as regiões no primeiro trimestre, enquanto o Sul (5%) teve a menor. Centro-Oeste (7%), Sudeste (8,6%) e Norte (9,1%) completam a lista.

Das 10 unidades da federação com desemprego mais elevado, 7 são estados da região Nordeste. Destacam-se Bahia (14,4%) e Pernambuco (14,1%), que têm as maiores taxas do país. As menores foram registradas por Rondônia (3,2%), Santa Catarina (3,8%) e Mato Grosso (4,5%).

Para Brito, a diferença entre os estados pode ser associada aos níveis de informalidade. "Bahia e Pernambuco, bem como a região Nordeste como um todo, têm um peso maior de trabalho informal [emprego sem carteira e conta própria sem CNPJ], o que torna a inserção no mercado de trabalho mais volátil, podendo gerar pressão de procura por trabalho", diz a analista do IBGE.

Todos os estados do Norte e do Nordeste mostraram taxas de informalidade superiores à média nacional (39%), segundo o instituto. Os maiores percentuais foram registrados por Pará (59,6%), Amazonas (57,2%) e Maranhão (56,5%).

Por outro lado, as menores taxas de informalidade do país foram estimadas em Santa Catarina (26,1%), Distrito Federal (30,3%) e São Paulo (30,6%).

ACSP

Confiança do consumidor cai pelo 4º mês consecutivo

O índice de confiança do consumidor, monitorado pela ACSP (Associação Comercial de São Paulo), voltou a cair pelo quarto mês consecutivo e ficou abaixo dos 100 pontos em maio, nível considerado pessimista.

A última vez que a pesquisa feita com 1.700 famílias ficou no campo do pessimismo foi em outubro. Segundo a associação, houve queda de 1% na comparação com o mês de abril, porém a confiança do consumidor ficou quase 9% maior do que no levantamento de maio de 2022.

A ACSP avalia que a queda na motivação do consumidor tenha como principal motivo a redução da atividade econômica no país.

No recorte por regiões, Centro-Oeste, Sul e Sudeste apresentaram diminuição na confiança em relação ao mês passado. O Nordeste ficou estável e a região Norte foi a única com os indicadores positivos.

Entre as classes socioeconômicas, houve um pequeno crescimento da confiança nas classes DE e queda nas classes AB e C. A ACSP afirma que a situação financeira foi indicada como um dos principais pontos de deterioração na percepção das famílias, além da falta de segurança em relação à continuidade no emprego.

2023

Fazenda eleva projeção de crescimento do PIB para 1,9%

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que a pasta está revendo a projeção de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil em 2023 para 1,9%.

Pela estimativa anterior da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, o PIB brasileiro avançaria 1,61% neste ano.

Segundo Haddad, a mudança na projeção acontece depois de os dados de atividade do Brasil terem surpreendido positivamente no primeiro trimestre.

"O trimestre foi bom. Relativamente bom. Bom é crescer muito, crescer mais. Mas relativamente surpreendeu os economistas. E nós entendemos que temos condições de fechar o ano na casa de 1,8% e 2%", afirmou.

TETO DE GASTOS

Relator confirma espaço extra no arcabouço, mas vê ganho menor

O relator do arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), confirmou em nota oficial que as mudanças em seu parecer podem proporcionar um espaço extra para gastos em 2024. No entanto, ele questiona os números do mercado financeiro e vê um ganho menor que o estimado.

Economistas projetam uma folga de até R$ 82 bilhões em 2024 graças a duas mudanças: a fixação do crescimento real do limite de despesas em 2,5% no ano que vem e a autorização para incorporar à base de gastos uma eventual aceleração da inflação até o fim de 2023.

O cálculo de R$ 82 bilhões foi feito pelo ex-secretário do Tesouro Nacional Jeferson Bittencourt, economista da ASA Investments. Outras casas também apontaram um ganho, embora menor. Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos, calcula um adicional de R$ 68 bilhões.

A divulgação dos cálculos sobre o tamanho do espaço extra para o governo gastar gerou ruído. Tanto Cajado quanto o ministro Fernando Haddad (Fazenda) saíram em defesa do parecer, contestando os números.

Na nota, Cajado diz que a decisão de fixar o crescimento do limite em 2,5% para 2024 cria um espaço de "no máximo" R$ 12 bilhões.

Já a mudança introduzida pelo relator na inflação a ser usada nas contas teria como consequência inicial um corte de cerca de R$ 40 bilhões no limite de gastos do governo em 2024. Para que "não houvesse essa perda", ele autorizou o governo a manter esse valor ao incorporar aos números a aceleração do índice de preços esperada até o fim do ano.

"Nesse caso, o substitutivo não está acrescentando nenhum valor ao que foi proposto pelo governo", diz o relator.

A expansão é analisada enquanto economistas interpretam que a regra criada pelo governo resultaria em despesas crescendo abaixo do máximo de 2,5% permitido pela regra em 2024, primeiro ano de vigência do arcabouço.

Cajado diz que as projeções do governo e da Câmara divergiam. A consultoria da Câmara estimou que o crescimento da despesa ficaria em 1,9% no ano que vem.

FOZ DO AMAZONAS

Petrobras afirma que recorrerá de veto do Ibama a poço

A Petrobras afirmou ontem que recorrerá do indeferimento do Ibama ao licenciamento ambiental de um poço de petróleo na Foz do rio Amazonas.

"A Petrobras entende que atendeu rigorosamente todos os requisitos do processo de licenciamento" do Bloco FZA-M-59 em Amapá Águas Profundas, disse a petroleira em um fato relevante ao mercado.

Caso o projeto não seja realizado, a companhia afirma que poderá ser alvo de multa contratual, já que "o desenvolvimento deste bloco é um compromisso assumido pela Petrobras perante a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil)".

"Todos os recursos mobilizados no Amapá e no Pará para a realização da Avaliação Pré-Operacional foram feitos estritamente em atendimento" ao Ibama, informou a Petrobras. Segundo ela, a avaliação consiste em um simulado dos planos de resposta a emergências.

A Petrobras disse não ter sido notificada oficialmente da decisão do órgão ambiental até o momento, e que aguarda isso para formular um pedido de "reconsideração em âmbito administrativo".

Poço em análise está a cerca de "175 quilômetros da costa do Amapá e a mais de 500 quilômetros de distância da foz do rio Amazonas", afirmou a companhia.

CNC

Intenção de consumo das famílias cresce 2,4% de abril para maio

VITOR ABDALA/ABRASIL

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) registrou alta de 2,4% de abril para maio deste ano, segundo dados divulgados ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Entre os sete componentes da ICF, os maiores avanços foram observados na avaliação sobre o momento atual em relação à compra de bens duráveis (5,5%) e no nível de consumo atual (3,4%). A renda atual e a perspectiva de consumo também se destacam, com altas de 2,9%.

Os outros componentes tiveram as seguintes altas: emprego atual (1,6%), perspectiva profissional (1,2%) e acesso ao crédito (0,8%). Segundo o presidente da CNC, José Roberto Tadros, as sucessivas quedas da inflação têm ocorrido além do esperado, o que deixa "os consumidores mais dispostos a consumir".

Por outro lado, segundo ele, o nível elevado do endividamento do consumidor e os juros altos limitam a renda disponível ao consumo.

Na comparação com maio de 2022, a ICF cresceu 21,7%, com aumentos nos componentes de momentos para duráveis (35,1%), nível de consumo atual (32,8%), perspectiva de consumo (31,7%), renda atual (27,6%), emprego atual (14,9%), perspectiva profissional (13,9%) e acesso ao crédito (8,8%).

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 25º 13º 5% 06:33 17:31 **OUTONO:** Sol com nuvens de manhã. Tarde ensolarada e noite de céu limpo.

CADEIA NELLE

STF condena Collor por esquema de corrupção

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria ontem para condenar o ex-presidente Fernando Collor (PTB) pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

O tamanho da pena e suas condições —a chamada dosimetria— ainda serão definidos pelos ministros.

Na ação penal julgada pelo Supremo, derivada da Operação Lava Jato, o ex-presidente e ex-senador é acusado de receber propina de um esquema de corrupção na BR Distribuidora, empresa subsidiária da Petrobras. A ação foi levada à pauta do plenário do STF porque está próxima de prescrição.

O relator do caso, ministro Edson Fachin, votou na quarta-feira para condenar Collor a uma pena de 33 anos, 10 meses e dez dias de prisão pelos crimes de lavagem de dinheiro e organização criminosa.

No mesmo dia, o ministro Alexandre de Moraes, revisor do processo, seguiu o voto do relator pela condenação do ex-presidente. Ele não se manifestou sobre os 33 anos de pena propostos por Fachin.

Nesta quinta, os ministros André Mendonça, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux e Cármen Lúcia foram pelo mesmo entendimento, formando a maioria de 6 ministros pela condenação (de um total de 10 atualmente na corte). Eles consideraram que foram anexadas provas suficientes contra o grupo no processo.

Mendonça, no entanto, descartou o crime de organização criminosa e, por isso, o Supremo ainda não formou maioria em relação a este crime. Ele disse que houve associação criminosa, delito que tem pena mais leve que o anterior.

Já Kassio Nunes Marques votou pela absolvição de todos os réus do processo. Ele considerou que as investigações se basearam em delações premiadas.

Fachin votou por fixar regime fechado para o início do cumprimento da pena de Collor. Para o relator, ele não tem direito à substituição por medidas cautelares nem à suspensão condicional da pena.

Segundo a denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República), Collor recebeu nesse esquema ao menos R$ 29 milhões de propina de 2010 a 2014.

De acordo com a Procuradoria, o ex-presidente solicitou e aceitou promessa para viabilizar irregularmente um contrato de troca de bandeira de postos de combustível celebrado entre a BR Distribuidora e a empresa DVBR (Derivados do Brasil), com ajuda de outros réus.

Fachin também sugeriu um valor mínimo indenizatório a título de danos morais coletivos de R$ 20 milhões, a serem pagos de forma solidária pelo ex-presidente e os empresários Luis Pereira Duarte de Amorim e Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos.

O primeiro é diretor do Instituto Arnon de Mello e administrador de empresas de Collor; o segundo é apontado como operador do ex-senador. De acordo com a denúncia, os dois ajudaram no esquema.

Fachin também votou pela perda, em favor da União, dos bens, direitos e valores objeto das lavagens em relação ao que os réus foram condenados, bem como a proibição de exercício de cargo ou função pública de qualquer natureza.

TERROR EM BRASÍLIA

General elogia inteligência de Lula e decisão que evitou 'noite de sangue'

O general Gustavo Henrique Dutra, chefe do CMP (Comando Militar do Planalto) em 8 de janeiro, afirmou que admira a inteligência emocional do presidente Lula (PT) e elogiou o aval à decisão de adiar o desmonte do acampamento em frente ao quartel-general do Exército para a manhã seguinte.

Em depoimento à CPI da Câmara Legislativa do DF ontem, Dutra detalhou as conversas que teve com Lula, ministros e o ex-comandante do Exército na noite de 8 de janeiro, após os ataques golpistas contra as sedes dos três Poderes.

"Ele (Lula) falou: general, são criminosos, tem que ser todos presos. (Eu disse) presidente, estamos todos no mesmo passo, estamos todos indignados iguais, serão presos; só que, até agora, nós só estamos lamentando dano ao patrimônio. Se nós entrarmos agora sem planejamento, podemos terminar essa noite com sangue", afirmou.

"O presidente Lula, eu tenho uma admiração pela inteligência emocional dele. Ele na mesma hora falou: seria uma tragédia. E falou assim: general, isola a praça e prende todo mundo amanhã. Eu virei: presidente, muito obrigado pela compreensão do senhor. Dentro das possibilidades, uma boa noite. Ele virou: o ministro Múcio está aí com o senhor? Eu disse: Não. Ele disse: Deveria estar. E desligou o telefone."

O Palácio do Planalto queria que os vândalos que voltaram para o acampamento fossem presos no próprio dia 8, mas Dutra argumentou que a operação tinha "alto grau de risco" e demandava planejamento.

Ele disse à CPI que havia espetos e facas de churrasco no local, que as pessoas estavam cansadas e que poderiam até morrer afogadas no lago da Praça dos Cristais, onde o grupo estava acampado.

"Ele [o então interventor Ricardo Cappelli] virou pra mim e disse assim: general, o senhor está me dizendo que eles [vândalos] estão armados? Eu disse: não, senhor, doutor Ricardo. Eu estou dizendo para o senhor que a praça dos Cristais não tem iluminação adequada para uma operação noturna, que a praça dos Cristais tem várias pedras portuguesas, que a praça dos Cristais tem degrau", disse Dutra.

"Tem um lago no meio da praça dos Cristais. Que no acampamento ainda tem espeto de churrasco, faca de churrasco. As pessoas estão cansadas. Tem mulher, tem idoso. Se nós entrarmos sem planejar, vai ter gente que pode morrer até afogada no lago."

Dutra defendeu a tese ao secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, designado por Lula como interventor na segurança pública do Distrito Federal após os ataques do dia 8.

Em depoimento à Polícia Federal, o general já havia afirmado que Lula concordou com sua sugestão de desmontar o acampamento apenas na manhã do dia 9 de janeiro. A conversa entre os dois foi revelada pela Folha de S.Paulo em janeiro.

Diferentemente do que disse o general à CPI, pessoas próximas ao presidente relataram à reportagem em janeiro que o Exército comunicou a Lula que havia pessoas armadas no acampamento.

ASSUMINDO O B.O

Cid adota silêncio ao depor na PF sobre fraude em cartão de Bolsonaro

O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), reivindicou o direito ao silêncio e não respondeu às perguntas da Polícia Federal na tarde desta quinta-feira no âmbito das investigações sobre fraudes no cartão de vacinação.

O militar seria questionado sobre a inserção no sistema do SUS de dados falsos da vacinação de sua família —sua mulher, Gabriela Ribeiro Cid, e três filhas — e também de Bolsonaro e da filha mais nova do ex-presidente, Laura.

Aliados de Jair Bolsonaro minimizaram o silêncio de Mauro Cid. Pelo menos oficialmente, argumentam que não há tensão na defesa do ex-presidente em relação a esse comportamento do ex-ajudante de ordens ou receio de que possa indicar uma delação premiada.

"Não há nenhuma tensão na defesa do presidente em relação ao silêncio do Cid. (Decisão) tecnicamente acertada", afirmou o ex-secretário de Comunicação da Presidência e integrante do time jurídico do ex-presidente, Fabio Wajngarten.

A defesa de Bolsonaro afirma nos bastidores que a opção pelo silêncio, da parte de Mauro Cid, se deu porque seus advogados não tiveram acesso à íntegra do conteúdo que foi extraído do celular do militar. Acrescentam que, se fosse para incriminar o ex-presidente, ele já teria feito isso no depoimento desta quarta.

Cid foi braço direito de Bolsonaro durante os quatro anos de governo e aliados do presidente descrevem sua lealdade como "canina".

O presidente, por sua vez, em seu depoimento à PF e a jornalistas, nesta quinta-feira, fez questão de elogiar o militar e dizer que não tem informações de que ele fraudou os cartões de vacina, apesar dos indícios encontrados pela polícia. Ele ressaltou em seu depoimento, contudo, que se Cid cometeu algum crime, foi à sua revelia.

CÂMARA

PSOL irrita governo Lula ao votar contra urgência do arcabouço fiscal

A decisão do PSOL de votar contra a urgência do arcabouço fiscal na Câmara dos Deputados desagradou o governo Lula. O presidente já tinha enquadrado os parlamentares do PT, pedindo que não apresentassem emendas ao projeto. E esperava que partidos aliados fizessem o mesmo.

De acordo com integrantes do governo, Lula (PT) vai tratar do assunto com o PSOL assim que voltar da viagem ao Japão.

A postura teria "azedado" as relações entre a legenda e o governo, e criado ruído que pode atingir o acordo firmado entre o PT e o PSOL em torno da candidatura de Guilherme Boulos (PSOL-SP) a prefeito de São Paulo, em 2024.

Os dois partidos acertaram aliança em que Boulos será candidato na cabeça de chapa, e o PT indicará o vice. Há grupos petistas, no entanto, que torcem o nariz e tentam detonar o acerto.

A postura do PSOL contribuiria, segundo um integrante do governo, para alimentar as alas contrárias ao acordo e que defendem uma candidatura própria do PT à corrida municipal.

O presidente do PSOL, Juliano Medeiros, afirma que "a bancada do PSOL gostaria de ter mais tempo para discutir propostas ao texto". Segundo ele, "as mudanças feitas pelo relator (o deputado federal Cláudio Cajado, do PP da Bahia) pioraram a proposta da Fazenda, por isso votamos contra a urgência".

Medeiros diz ainda que "isso não é motivo para qualquer abalo na relação com o governo. Ninguém vota sempre junto, isso faz parte da dinâmica do Parlamento".

PREFEITURA

Justiça suspende edital do programa de identificação facial

A Justiça suspendeu o edital do Smart Sampa, programa que pretende instalar 20 mil câmeras de segurança com tecnologia de reconhecimento facial na capital paulista. O pregão eletrônico, que decidiria qual empresa administraria o programa, estava agendado para a próxima terça-feira.

O juiz Luis Manuel Fonseca Pires, da 3ª Vara de Fazenda Pública, apontou riscos à proteção de dados dos cidadãos filmados pelo sistema de videomonitoramento. Ele fez menção a possibilidade de casos de racismo reproduzidos por sistemas de reconhecimento facial, uma vez que há estudos mostrando uma quantidade maior de erros na identificação de negros por meio dessas ferramentas, levando inocentes à prisão.

Pires entendeu que a prefeitura não deixou claro como vai regular o sistema para garantir que os dados sejam protegidos e que o reconhecimento facial leve a erros de identificação.

A decisão atende a uma ação judicial da vereadora Silvia Ferraro, que integra a Bancada Feminista do PSOL na Câmara Municipal.

O próprio edital do Smart Sampa já chegou a ser suspenso pelo TCM (Tribunal de Contas do Município), em novembro, por causas de termos racistas que constavam no edital. O texto dizia que a cor da pele e casos de "vadiagem" seriam usadas como critérios para identificar suspeitos.

Os termos foram excluídos em versões mais recentes do documento e o edital acabou liberado no fim de abril pelo tribunal. O programa, no entanto, ainda é alvo de inquérito no Ministério Público de São Paulo e de questionamentos no Ministério Público Federal.

"Por partir de um sistema de tecnologia de informação, cria-se a ideia (absolutamente falsa, diante das referências de pesquisas já mencionadas) de que a tecnologia é neutra, por isso se confere maior sensação (igualmente falsa) de segurança para apontar alguém como criminoso ou procurado pela polícia. O peso contra quem é apontado como suspeito é avassalador", escreveu o juiz. "Inverte-se o princípio jurídico da presunção de inocência."

Na decisão, ele ainda citou os casos das cidades de São Francisco e Nova York, nos Estados Unidos, que chegaram a proibir o uso desse sistema pela polícia. Além disso, ele lembrou que o uso de sistemas de reconhecimento facial no Brasil é alvo de debate no Senado.

Tanto no Congresso Nacional quando na própria Câmara Municipal de São Paulo há projetos de lei que pretendem regular o uso da tecnologia.

Segundo a prefeitura, o reconhecimento facial para identificação de suspeitos pelo Smart Sampa teria um agente para avaliar e validar ou não alertas, antes que sejam emitidos. Essa verificação vai considerar bancos de dados de órgãos de segurança estaduais e federais.

SESSÃO SOLENE

Lewandowski será homenageado na Alesp

O ministro aposentado do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski será homenageado em sessão solene da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) no dia 29 deste mês. A iniciativa é de autoria dos deputados estaduais Emidio de Souza (PT) e Simão Pedro (PT).

"Um dos ministros mais sérios que já passou pelo Supremo, Ricardo Lewandowski merece todo o nosso respeito e reconhecimento pela sua atuação em defesa do Estado democrático de Direito", afirma Souza.

Juristas, magistrados, advogados e professores foram convidados para participar da solenidade, que será celebrada no Plenário Juscelino Kubitschek da Casa.

Lewandowski se aposentou neste ano, depois de 17 anos de atuação na mais alta corte do país. No STF, ele se firmou como um ministro garantista, preocupado com o amplo direito de defesa dos réus.

O magistrado ocupou os principais cargos de Brasília: a presidência do STF, a presidência do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), a presidência do Senado, no julgamento do impeachment de Dilma Rousseff (PT), e a própria Presidência da República, de forma interina.

POVO SEM MEDO

Problemas com trens geram protesto em SP

A Frente Povo Sem Medo, ligada do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), realizou na manhã de ontem uma manifestação contra os constantes problemas apresentados nas linhas 8-diamante e 9-esmeralda de trens de São Paulo, operadas pela ViaMobilidade.

A Frente argumenta que em menos de um ano e meio foram registradas mais de 50 falhas e dez descarrilamentos, e que muitas vezes os passageiros são obrigados a descer nos trilhos e caminhar até a estação.

O protesto aconteceu na sede da empresa CCR, controladora da ViaMobilidade, na avenida Chedid Jafet, na Vila Olímpia.

O grupo carregava faixas e cartazes contra a privatização das linhas e ironizando as falhas da operação da empresa.

Segundo o coletivo, para reduzir gastos e aumentar os lucros, a ViaMobilidade teria diminuído o tempo de treinamento dos maquinistas de seis para dois meses e deixado de fazer a conservação dos trilhos e da infraestrutura das linhas.

O movimento afirma que, além de atrapalhar o deslocamento diário dos moradores de Parelheiros, Grajaú, Osasco e várias outras partes da região metropolitana, a empresa coloca a vida das pessoas em risco.

A ViaMobilidade afirmou que o treinamento dos operadores de trens tem duração mínima de quatro meses, conforme regulamento do contrato de concessão, fiscalizado por auditor independente e Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões.

OUTONO: Dia de sol com algumas nuvens. Noite com poucas nuvens. Manhã Tarde Noite 27º 15º 5% 06:22 17:20

SOCIEDADE PRÓ-LIVRO-ESPÍRITA EM BRAILLE-SPLEB
CNPJ:33.997.560/0001-11
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
O Presidente da Sociedade Pró-Livro-Espírita em Braille-SPLEB, no uso de suas atribuições, convoca a Assembleia Geral Ordinária para: **1** – Aprovação final do Relatório de Atividades e do Balanço Financeiro-Patrimonial do Exercício de 2022. **2** – Assuntos gerais. **3** – Data: 17 de junho de 2023. **4** – Horário: 9:30 horas, em primeira convocação, e 10 horas em segunda e última convocação. **5** – Local: a reunião será realizada de modo virtual,pela plataforma Google Meeting,Link da reunião: http://meet.google.com/rjx-hyzn-esb. **FLAVIO PEREIRA TELLES - PRESIDENTE**

SECONCI A SAÚDE DA CONSTRUÇÃO

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO RIO DE JANEIRO
C.N.P.J.: 32.243.420/0001-95
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EM 31/05/2023
Pelo presente Edital, são convocados os representantes contribuintes do **SECONCI-RIO – Serviço Social da Indústria da Construção do Rio de Janeiro** para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, no próximo dia 31/05/2023, na sede da entidade, à Rua Pará, 141 – Praça da Bandeira/RJ, às 12:00 horas em primeira convocação, com presença de, no mínimo, um terço dos contribuintes e às 12:30 horas em segunda e última convocação, com qualquer número de contribuintes, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**.
1ª- Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2022;
2ª- Encerramento das atividades do CPCC;
3ª- Abertura Filial Niteroi;
4ª- Abertura Filial São Gonçalo;
5ª- Abertura Filial Barra da Tijuca.
6ª- Deliberação sobre a continuidade da Farmácia
7ª- Assuntos gerais.
Rio de Janeiro, 19 de maio de 2023
Rodrigo Goytacaz Cavalheiro
Presidente

O **SECONCI-RIO** é uma associação sem fins lucrativos, que tem por finalidade prestar serviços de assistência social, educação, promoção à saúde e prevenção de doenças para os trabalhadores da Indústria da Construção do Rio de Janeiro, melhorando, assim, a sua qualidade de vida e a produtividades das empresas associadas.

CBM PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 34.157.391/0001-74 - NIRE 33.3.0034652-0
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 31/03/2023
1. Data, Hora e Local: Em 31/03/2023, às 11h, de forma remota e digital através da plataforma eletrônica de reuniões "*Microsoft Teams*", conforme permitido pelo art. 124, §2º-A da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), considerando-se realizada, para todos os fins legais, na sede da CBM Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do RJ, RJ, na Av. Rio Branco, 1 conjunto 807, Centro, CEP 20090-003. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das S.A., em virtude da presença de acionistas titulares de ações representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme Lista de Presença de Acionistas da Companhia, bem como os membros da Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Heverton Pessoa de Melo Peixoto (Presidente do Conselho de Administração); e Secretário: Sr. Daniel Barreto Gelbecke. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2022; 2) Aprovar a destinação do resultado do exercício; 3) Fixar a remuneração global da Administração da Companhia. **Deliberações:** Por unanimidade de votos dos acionistas e com abstenção dos impedidos legalmente, sem dissidências, protestos ou declarações de votos vencidos, foram tomadas as seguintes deliberações: **1)** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária em forma de sumário, bem como sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do art. 130 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/76. **2)** Aprovar, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2022, as quais foram colocadas à disposição dos acionistas para consulta na sede social da Companhia, publicadas em 31/03/2023 no jornal Diário do Acionista, e enviadas oportunamente aos acionistas por mensagem eletrônica. **3)** Aprovar, por unanimidade, a proposta da Administração para que o lucro líquido de R$ 6.670 milhões apurado no exercício social encerrado em 31/12/2022 seja alocado na conta de lucros acumulados, sendo R$ 6.336 milhões na conta de reserva de lucros e R$ 334 mil na conta de reserva legal. **4)** Fixar para os administradores da Companhia, para o presente exercício social, a remuneração global anual de até R$ 43.632,00, em conformidade com o art. 152 da Lei nº 6.404/76. **5) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário para a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o art. 130 da Lei das S.A., que, lida e aprovada pelos presentes, foi devidamente assinada e será arquivada no registro de comércio e em seguida publicada. RJ, 31/03/2023. **Mesa: Heverton Pessoa de Melo Peixoto -** Presidente; **Daniel Barreto Gelbecke -** Secretário. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro -** NIRE: 333.0034652-0, Protocolo: 00-2023/366792-0, Data do protocolo: 10/05/2023. Certifico o arquivamento em 18/05/2023 sob o número 00005480611. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

BREITENER HOLDING E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 40.699.026/0001-60 - NIRE 35300563981
Ata de Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 20 de abril de 2023
1. Data Local e Hora: Aos 20 dias do mês de abril de 2023, às 12 horas, na sede social da **Breitener Holding e Participações S.A.**, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller, nº 116, salas 1107 e 1108, Botafogo ("Companhia"). **2. Convocação e Presença**: Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em razão da presença do único acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **3. Mesa**: Os trabalhos foram presididos pela Sra. Paula Barcellos Loureiro e secretariados pela Sra. Kamille S. Florido. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** a outorga de garantia real, pela Companhia, na forma de alienação fiduciária sobre a totalidade das ações de sua titularidade, emitidas pela Breitener Energética S.A. (CNPJ/ME nº 04.816.991/0001-36) ("Emissora" e "Alienação Fiduciária de Ações", respectivamente), nos termos do no "*Contrato de Alienação Fiduciária de Ações sob Condição Suspensiva e Outras Avenças*" celebrado originalmente entre a Companhia e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares de debêntures da primeira emissão da Emissora, conforme aditado e consolidado em 27 de janeiro de 2022 ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"), para assegurar o fiel, integral e pontual pagamento das obrigações principais e acessórias, presentes e futuras ("Obrigações Garantidas"), a serem assumidas pela Emissora no âmbito da sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R$73.000.000,00 (setenta e três milhões de reais) na data de emissão ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), para distribuição pública, sob rito de registro automático, nos termos dos artigos 26, inciso X, e do 27, inciso I, ambos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme em vigor, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Breitener Energética S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de representante dos Debenturistas ("Agente Fiduciário"), e a Breitener Jaraqui S.A. e a Breitener Tambaqui S.A., na qualidade de fiadoras ("Escritura de Emissão"). A Alienação Fiduciária de Ações será outorgada em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, por meio da celebração de aditamento ao referido instrumento para refletir o compartilhamento da referida garantia entre a primeira emissão de debêntures da Emissora e a Emissão, em termos aceitáveis às referidas partes ("Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"); e **(ii)** a autorização para os Diretores e/ou representantes legais da Companhia, incluindo, sem limitação, procuradores devidamente constituídos nos termos de seu Estatuto Social, para negociar os demais termos e condições da Alienação Fiduciária de Ações, bem como celebrar os respectivos documentos, incluindo o respectivo aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, e tomar as providências necessárias à implementação e constituição da Alienação Fiduciária de Ações em garantia do fiel, integral e pontual pagamento das Obrigações Garantidas, bem como seus eventuais aditamentos e eventuais procurações necessárias. **5. Deliberações**: Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, o único acionista, representando a totalidade do capital social da Companhia, sem quaisquer restrições, aprovou: **5.1** A outorga da Alienação Fiduciária de Ações para assegurar o fiel, integral e pontual pagamento das Obrigações Garantidas; e **5.2** Autorização aos Diretores e/ou representantes legais da Companhia, incluindo, sem limitação, procuradores devidamente constituídos nos termos de seu Estatuto Social, para negociar os demais termos e condições da Alienação Fiduciária de Ações, bem como celebrar os documentos necessários, incluindo a Escritura de Emissão e o respectivo aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, e tomar as providências necessárias à implementação e constituição da Alienação Fiduciária de Ações em garantia do fiel, integral e pontual pagamento das Obrigações Garantidas, bem como seus eventuais aditamentos e eventuais procurações necessárias. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da assembleia geral extraordinária pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio. Após a lavratura da ata da assembleia extraordinária, a presente ata foi lida, conferida, achada conforme e aprovada e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes, digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e na alínea "c" do parágrafo 1º do artigo 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro 2020. Rio de Janeiro, 20 de abril de 2023. Mesa: Paula Barcellos Loureiro - Presidente da Mesa, Kamille S. Florido - Secretária da Mesa. Acionista: Ceiba Energy Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - Administrador: Modal Asset Management Ltda. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Protocolo: 00-2023/328448-6. Data do protocolo: 27/04/2023. Certifico o Arquivamento em 28/04/2023 sob o número 00005446613. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.

EQUADOR

País terá novas eleições em 20 de agosto após dissolução do Parlamento

O Equador terá novas eleições em 20 de agosto, após o presidente do país, Guillermo Lasso, dissolver a Assembleia Nacional e convocar um novo pleito. O anúncio foi feito por Diana Atamaint, presidente do Conselho Eleitoral, em entrevista à emissora Teleamazonas.

As eleições Presidenciais e Legislativas de 2023 acontecem em 20 de agosto e um eventual segundo turno deve acontecer em 15 de outubro: "a partir da convocação teremos 90 dias para executá-las e garantir aos equatorianos um processo confiável e transparente", explicou Diana Atamaint.

"O país espera voltar à normalidade e tranquilidade. E nisso a função eleitoral está plenamente consciente e apelamos para que as organizações políticas também tenham esse comportamento patriótico e cumpram o que exige o sistema político do Equador", disse Atamaint.

Lasso dissolveu o Parlamento para evitar a votação final do seu processo de impeachment. A Assembleia Nacional do Equador, controlada pela oposição, iniciou um dia antes a audiência por suspeitas de corrupção na estatal de transporte de petróleo Flopec.

O mecanismo "morte de mão dupla" está previsto na Constituição e prevê que o presidente antecipe as eleições tanto para seu cargo quanto para a Assembleia sob certas circunstâncias. Por exemplo: quando o Legislativo bloqueia o funcionamento do governo.

Cinco chaves para entender a crise política no Equador. Ao optar por dissolver a Assembleia, Lasso pode governar por decreto por até seis meses, diz a Constituição do Equador. Se fosse afastado do cargo, ele seria substituído pelo vice-presidente Alfredo Borrero.

JAPÃO

Lula está em Hiroshima para maratona de reuniões bilaterais com líderes do G7

O avião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pousou no aeroporto de Hiroshima minutos antes da meia-noite (horário local) desta quinta-feira, e a comitiva seguiu direto para o Ana Crowne Plaza Hotel, onde ele ficará até segunda-feira, quando volta ao Brasil.

Pelo Twitter, com fotos da chegada, Lula afirmou que "a agenda de encontros bilaterais começa amanhã. E agora boa noite, aqui está tarde". Antes, "sobrevoando o Pacífico", havia registrado: "Sim, a terra é redonda, e estamos chegando do outro lado do globo".

Apesar da recomendação médica para reduzir o ritmo de viagens, devido à possibilidade de ter que se submeter cirurgia no quadril, Lula vai cumprir nos próximos três dias uma maratona de reuniões bilaterais e coletivas durante a cúpula do G7, grupo com algumas das maiores economias do mundo.

O brasileiro e outros líderes de países emergentes foram convidados para o encontro anual. É a sétima vez que Lula participa do evento nessa condição. Ele hesitou em ir, mas acabou aceitando na última semana o convite feito pelo Japão.

Pela ordem, Lula vai se reunir com o primeiro-ministro da Austrália, Anthony Albanese, no final da tarde desta sexta-feira. No sábado pela manhã, foram programados o primeiro-ministro Fumio Kishida, do Japão, e o presidente Joko Widodo, da Indonésia. A partir do final da tarde de sábado, o presidente brasileiro fará reuniões separadas com Emmanuel Macron, presidente da França, e com Olaf Scholz, primeiro-ministro da Alemanha, os principais líderes europeus.

Na tarde de domingo, os encontros serão com o português António Guterres, secretário-geral da ONU, e com Pham Minh Chinh, primeiro-ministro do Vietnã. Ainda estão em tratativas os primeiros-ministros Narendra Modi, da Índia, e Justin Trudeau, do Canadá.

As bilaterais serão entremeadas, no sábado e no domingo, pela participação do brasileiro em três sessões de trabalho da programação oficial da cúpula, quando ele e os demais deverão fazer pronunciamentos curtos, de três minutos cada um.

Na primeira, no sábado, intitulada "Trabalhando juntos para enfrentar múltiplas crises", serão abordadas problemas de alimentação ou fome, saúde, desenvolvimento e gênero. Também no sábado, sobre "Esforços conjuntos para um planeta resiliente e sustentável", os temas serão clima, energia e meio ambiente. No domingo, "Rumo a um mundo pacífico, estável e próspero", quando deve ser abordada a Guerra da Ucrânia.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21)
3923-5158
96865-1628

Tangara Energia S.A.
CNPJ/MF nº 03.573.381/0001-96 – NIRE 33.300.325.131
Edital de Convocação – Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária
São convidados os Acionistas a participarem das Assembleias a serem realizadas na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º andar, sala 08, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, em primeira convocação, às 14h30, segunda convocação às 14:35 e terceira e ultima convocação às 14:40, do dia 30/05/2023, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: (i)** aprovar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; **(ii)** deliberar sobre a Proposta da Administração para Destinação do Resultado do Exercício Social findo em 31/12/2022; **(iii)** reeleger e/ou eleger os diretores; **(iv)** fixar o valor da remuneração global anual dos Diretores; **(v)** deliberar sobre a redução do capital social; **(vi)** outros assuntos de interesse social. **Carlos Gustavo Nogari Andrioli** – Diretor.
(17, 18 e 19/05/2023)

MÉRITO EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ/MF nº 58.022.153/0001-10 - NIRE nº 33.300.033.297
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada aos 24/02/2023. Aos 24/02/2023, na sede social na Avenida Nelson Cardoso n° 905, sala 317, Jacarepaguá/RJ, realizou-se em 1ª convocação as 11:00hs a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, da "Mérito Empreendimentos S.A.", CNPJ/MF n° 58.022.153/0001-10, cuja convocação pelo Diretor Presidente, foi tempestivamente formalizada nos termos do Art. 124 da Lei 6.404/76, para a presente data, através de anúncios inseridos no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, edições de 10/02/2023 - Parte V - pág.01; 13/02/2023 - Parte V - pág.01; e, 14/02/2023 - Parte V - pág.01; e jornal Diário do Acionista/RJ, edições 10/02/2023-pág.4; 13/02/2023-pág.4; e 14/02/2023-pág.4; presentes os acionistas constantes do "Livro de Presença dos Acionistas n° 01", às fls. 16 v, nos termos do Art.125 "in fine" da Lei 6.404/76, onde consta a presença da acionista "19 de Novembro Ltda.", detentora de 150.000.000 de ações ordinárias nominativas, com direito a voto, sendo o Capital Social total da empresa, composto originalmente por 456.000.000 de ações, sendo 152.000.000 de ações ordinárias e 304.000.000 de ações preferenciais, todas sem valor nominal; presente também o administrador da sociedade Antonio Barboza Vilhena - Diretor Presidente, nos termos do §1° do Art.134 da Lei 6404/76; e Marcio Jorge de Araújo Lopes. Assumiu a presidência das assembleias, nos termos do Estatuto Social, Antonio Barboza Vilhena - presidente da mesa, o qual convidou a mim Marcio Jorge de Araújo Lopes, casado, CPF 108.119.158-91 e RG 2.827.479-9, para compor a mesa, secretariando os trabalhos. Assumindo os trabalhos o Sr. Presidente leu a Ata anterior da AGO/AGE realizada em 08/02/2020, às 11:00hs, arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob n° 00003841687, em 28/01/2020, que foi aprovada sem ressalvas. A seguir leu a Ordem do Dia, com o seguinte teor: **"Mérito Empreendimentos S.A." CNPJ/MF n° 58.022.153/0001-10. Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Ficam convocados os acionistas desta Sociedade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará na sua sede social à Avenida Nelson Cardoso n° 905 – sala 317 - Jacarepaguá, no Município e Estado do Rio de Janeiro, às 11 (onze) horas do dia 24 (vinte e quatro) de fevereiro de 2023, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I) Ordinariamente - a) eleição da Diretoria. II) Extraordinariamente - a) Ratificação dos atos da Diretoria e das alienações e permutas de imóveis efetivadas pela Diretoria no período e, b) Outros assuntos de interesse social. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2023. Antonio Barboza Vilhena - Diretor Presidente.** Aberta a sessão o senhor Presidente pela ordem do dia, colocou em pauta o item "a" - Eleição da Diretoria para um novo mandato. Sendo reeleito para Diretor Presidente Antonio Barboza Vilhena, já qualificado; e o atual Diretor Financeiro Diniz Fracaro, apresentou no dia 08/02/2023 a sua renúncia do cargo de Diretor Financeiro que vinha exercendo na sociedade, por razões particulares, ficando assim na vacância do cargo, apresentar o senhor Marcio Jorge de Araújo Lopes, para ocupar o cargo de Diretor Financeiro, para um novo mandato, que submetido à assembleia a sua indicação, aprovação e votação. Aprovada a indicação e nomeado por unanimidade o senhor Marcio Jorge de Araújo Lopes, para ocupar o cargo e exercer a função de Diretor Financeiro, para o mandato de 03 (três) anos, sendo fixado os honorários dos diretores eleitos - Diretor Presidente e Diretor Financeiro, o valor de R$ 1.000,00 mensais para cada diretor, para o período vigente do mandato eleito de 03 (três) anos, permanecendo vago os demais cargos. Declaram os diretores eleitos para o próximo mandato de 03 (três) anos, e para os devidos fins de direito que não são pessoas impedidas por lei ou condenadas a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação nos termos do Art.1011, §1 do Código Civil/2002; declarando ambos, ainda, que estão em dia com suas obrigações sociais, não estando submetidos a nenhum e qualquer processo disciplinar/ético. Prosseguindo, **Extraordinariamente:** item "a": foram aprovados todos os atos praticados pela diretoria para todos os fins de direito, conforme preceitua o §1 do Art.12 do Estatuto Social, expondo em detalhes os atos praticados, todos no interesse da sociedade, devidamente contabilizados e constantes dos balanços sociais; bem como, ratificadas todas alienações e permutas de bens imóveis ou móveis, efetivadas pela diretoria no período, que igualmente foram objeto de registros contábeis. O Diretor Presidente ratifica todos os atos praticados, bem como todos os atos inerentes a função do Diretor Financeiro, em virtude de sua renúncia ocorrida no dia 08/02/2023, e igualmente ratificados até a presente data. Prosseguindo com o item "b": franqueado pelo senhor Presidente, a palavra aos presentes para tratar de outros assuntos de interesse social, e como nada mais houvesse a ser tratado, lavrou-se esta ata que lida e achada conforme, vai assinada por mim secretário, pelo presidente da mesa, e acionista presente. RJ, 24/02/2023. Antonio Barboza Vilhena - Presidente da Mesa, Marcio Jorge de Araújo Lopes - secretário da mesa. Acionista: 19 de Novembro Ltda. Presidente da Mesa - Antonio Barboza Vilhena, Secretário da Mesa - Marcio Jorge de Araújo Lopes. Certifico o arquivamento em 18/04/2023 nº 00005429617, Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral.
*AGO/AGE realizada em 08/02/2020, arquivada na Junta Comercial do estado do Rio de Janeiro sob nº 00003925676 em 31/08/2020.

PMs

Investigação da morte de mototaxista não avança

Mirian dos Santos ainda carrega consigo, no celular, os vídeos que mudaram a sua vida: as cenas que mostram seu marido, Edvaldo Viana, morto, sendo arrastado por policiais militares. As imagens registraram os instantes seguintes após o mototaxista ser baleado pela PM do Rio de Janeiro enquanto trabalhava, na Cidade de Deus, zona oeste da cidade.

O caso aconteceu em 18 de maio de 2021, e a investigação está parada há mais de um ano na Delegacia de Homicídios da capital, segundo a família da vítima e a defesa. Procurada, a Polícia Civil afirma que a investigação segue em andamento.

Viana estava com um passageiro, o catador de material reciclável Jhonathan Muniz Pereira, na garupa de sua moto. Ao passarem debaixo de um viaduto que dá acesso à Linha Amarela, na entrada da Cidade de Deus, foram atingidos por disparos de policiais do 18º Batalhão da PM. No chão e já sem vida, os dois são arrastados pelos próprios PMs, que jogam os corpos na caçamba de uma viatura. A cena é registrada em diversos ângulos por testemunhas que estavam no local.

Na época, a Polícia Militar alegou que os agentes tinham revidado uma suposta tentativa de ataque. Na versão da corporação, Viana teria sacado uma arma para atirar contra os policiais, mas a ofensiva teria sido frustrada pela reação dos PMs, que atiraram mais rápido. O 18º Batalhão afirmou ainda que a arma da vítima não pôde ser apreendida porque teria sido furtada por usuários de crack que estavam no local.

A versão da polícia foi contestada pelas famílias das vítimas e por testemunhas que gravaram os vídeos. Nas imagens, os policiais são os únicos que aparecem próximos aos corpos de Viana e Muniz.

"Meu marido nunca teve arma, nunca se envolveu com nada. Como é que os 'cracudos' pararam ali, como o policial falou, e levaram essa arma? Como iam chegar perto se o policial tinha acabado de tirar uma vida ali? Cadê essa arma que não apareceu até hoje?", questiona Mirian, dois anos após a morte do marido.

A Corregedoria da Polícia Militar investigou o caso e, de acordo com o órgão, a sindicância foi concluída e remetida à Auditoria da Justiça Militar do Rio. A conduta dos PMs foi considerada correta, e portanto não houve pedido de indiciamento.

Outra investigação, conduzida pela Polícia Civil, ainda não foi concluída. Segundo a Comissão de Direitos Humanos da OAB do Rio, que dá assistência jurídica à família de Viana, há mais de um ano a divisão responsável por investigar mortes em decorrência de intervenção policial não faz nenhuma diligência do caso.

De acordo com Rodrigo Mondego, procurador da OAB, a justificativa dada pela delegacia é de que as famílias das vítimas precisam buscar testemunhas para prestar depoimento -função que, segundo ele, deveria ser cumprida pela própria Polícia Civil.

"A dona Mirian não tem relação com a Cidade de Deus, nem ela nem o marido eram moradores de lá. Eles vivem na Gardênia Azul (outro bairro da zona oeste). Edvaldo estava apenas passando por ali. Não faz sentido ela ir para dentro da Cidade de Deus procurar uma determinada testemunha, tendo em vista que isso é função do Estado", diz Mondego.